



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **1501711-87.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
 Documento de Origem: **CF, BO, IP-Flagr., CF, BO - 2024598/2018 - DISE- DEL.SEC.SÃO CARLOS, 159/2018 - DISE- DEL.SEC.SÃO CARLOS, 2024598/2018 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos, 2024598 - DISE- DEL.SEC.SÃO CARLOS, 159/18/516 - DISE- DEL.SEC.SÃO CARLOS**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **RAI CARLOS EUZEBIO**

Réu Preso

Aos 02 de outubro de 2018, às 15:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como o réu, **RAÍ CARLOS EUZEBIO** devidamente escoltado, acompanhado da Dra. Amanda Grazielli Cassiano Diaz, Defensora Pública. Iniciados os trabalhos foi questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção das algemas, sendo que esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, do próprio imputado e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, do próprio imputado, nos termos da Súmula vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal. Prosseguindo, foi dada ciência ao Dr. Promotor e à Defesa do relatório de fls. 130, inquirindo-se, em seguida, as testemunhas de acusação Thiago Rocha Gonçalves e Felipe Sakadauskas Ferreira, bem como as testemunhas de defesa Viviane Aparecida de Assis Leite da Silva, Glaucia Carina Aparecida de Assis Leite e Anderson Martins Evangelista, sendo o réu interrogado ao final. A colheita de toda a prova (depoimentos das testemunhas e interrogatório do acusado) foi feita através de gravação em arquivo multimídia no sistema SAJ e nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419/06, sendo impressas as qualificações de todos em separado e anexadas na sequência. Concluída a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao Dr. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso no artigo 33, “caput”, da Lei 11.343/06 uma vez que trazia consigo e guardava, para fins de tráfico, 35 porções de cocaína e 41 pedras de “crack”. Consta que o réu foi surpreendido na rua e com ele algumas porções de cocaína e pedras de “crack” foram encontradas. Em seguida ele indicou o terreno onde guardava mais drogas para venda, que foram apreendidas. Os policiais ouvidos confirmaram relato contido na denúncia e o réu confessou amplamente os fatos a ele imputados. Os laudos comprovam a materialidade do crime. Isto posto, requiro a condenação do réu nos termos da denúncia. Mostra-se cabível a redução de pena do artigo 33, § 4º da Lei de Drogas, devendo-se fixar o regime semiaberto para o início do cumprimento da pena. **Dada a palavra à DEFESA:** MM. Juiz: O acusado confessou os fatos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

que lhe foram imputados, motivo pelo qual a Defesa deixa de tecer pedidos relativos à improcedência da ação. No tocante à pena deve ser observado que o acusado é primário e que não há circunstâncias judiciais negativas. Na segunda fase da dosimetria requer-se a aplicação da atenuante da confissão espontânea. Na terceira requer-se a aplicação da causa de diminuição de penas do § 4º do artigo 33 da lei 11343/06. De fato, o acusado é primário, traficou por curto período de tempo para sustentar o próprio vício, e ainda trabalhava em alguns dias, o que demonstra que não fazia do tráfico o seu meio de vida. Em outro giro, os policiais ouvidos não narraram conhecer o réu anteriormente e não há elemento nos autos a indicar que o acusado se dedicasse a atividades criminosas. Requer-se, por fim, imposição de regime aberto e substituição da pena corporal por penas restritivas de direito. Em seguida o MM. Juiz proferiu a seguinte sentença: **VISTOS. CARLOS EUZEBIO**, RG 60.009.302-5, com dados qualificativos nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 33, “caput”, da Lei 11.343/06, porque no dia 26 de julho de 2018, por volta das 15h30min, na Rua Júlio Prestes de Albuquerque cruzamento com a Rua Padre Bento, Vila Max, nesta cidade e comarca, trazia consigo e guardava, para fins de mercancia, o total de trinta e cinco porções de cocaína e quarenta e uma pedras de crack, substâncias entorpecentes que determinam dependência física e psíquica, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar. Consoante apurado, policiais militares realizavam patrulhamento de rotina no local dos fatos, conhecido ponto de venda de droga, quando avistaram o denunciado em atitude suspeita, o qual ficou nervoso com a aproximação da viatura policial, justificando sua abordagem. Realizada busca pessoal, os milicianos encontraram em poder de Rai, mais especificamente no bolso da calça que ele vestia, nove porções de cocaína e três pedras de crack, bem como a quantia de R\$ 72,00 em espécie e um aparelho celular da marca Samsung. Instado informalmente, Rai confessou aos policiais que ali estava para vender drogas. A seguir, ele informou aos milicianos que outras porções de entorpecentes estavam guardadas em um terreno localizado próximo ao local dos fatos. Ao vasculharem o local apontado, os agentes da polícia lograram êxito em encontrar um invólucro contendo em seu interior, vinte e seis pinos de cocaína e trinta e oito pedras de crack, justificando a prisão em flagrante delito do denunciado. E o intuito de repasse dos tóxicos a terceiros por parte do denunciado é manifesto, seja pelas circunstâncias e condições em que os estupefacientes foram apreendidos; seja pela quantidade de drogas encontradas na ocasião (35 porções de cocaína e 41 pedras de crack); seja porque o local dos fatos é constantemente apontado como ponto de venda de entorpecentes ; seja porque, por fim, não existe ocupação lícita e formalizada nos autos por parte do denunciado, indicando que faz do tráfico o meio de ganhar a vida. O réu foi preso e autuado em flagrante, sendo esta prisão convertida em prisão preventiva (fls. 39/40). Expedida a notificação (fls.97), o réu, através da Defensoria Pública, apresentou defesa preliminar (fls.103/105). A denúncia foi recebida (fls.106) e o réu foi citado (fls.122). Nesta audiência, inquiridas duas testemunhas de acusação e três de defesa, o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação, nos termos da denúncia, enquanto que a Defesa requereu aplicação da pena mínima, com o redutor do § 4º da Lei 11343/06, com substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito. **É o relatório. DECIDO.** Os fatos estão demonstrados, os quais caracterizam o crime que foi imputado ao réu. Com efeito, ele foi encontrado em local já conhecido como ponto de venda de droga, as conhecidas “biqueiras” ou “lojinhas”, na posse de drogas, aguardando a chegada da freguesia. Além dos entorpecentes encontrados em seu poder, o réu também indicou local nas imediações onde ocultava mais droga, que também seria vendida. Ao confessar o réu disse que assim procedia há pouco tempo e recebia o pagamento com entorpecente para usar. Se a autoria é certa porque foi confessada e está reafirmada na prova produzida, a materialidade vem demonstrada nos laudos de constatação de fls. 18/26 e nos toxicológicos de fls. 45/59. Nada mais é necessário para justificar a condenação. O réu é primário e não consta que esteja envolvido na traficância há muito tempo, revelando-se iniciante nesta atividade. Tanto assim que confessou o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

seu comportamento delituoso. Assim é possível a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no parágrafo 4º do artigo 33 da Lei 11343/06, que também foi admitida pelo douto Promotor de Justiça. Em que pese o reconhecimento do crime privilegiado e da quantidade da pena imposta, tenho que a substituição da pena carcerária por restritivas de direito se revela insuficiente para a repressão ao delito praticado, além de sugerir impunidade e até servir de estímulo ao criminoso, que na maioria das vezes não entende o alcance desta medida punitiva, não podendo esta pretensão da Defesa ser acolhida. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos formadores do artigo 59 do Código Penal, que o réu é primário e que em seu favor ainda existe as atenuantes da idade inferior a 21 anos e da confissão, delibero impor-lhe desde logo a pena mínima, ou seja, de 5 anos de reclusão e 500 dias-multa, no valor unitário de 1/30 do salário mínimo vigente na data do crime. Reconhecida a causa de diminuição prevista no artigo 33, § 4º, da Lei citada, reduzo a pena em três quintos, aqui levando em conta a variedade e quantidade de drogas que foram apreendidas, como recomenda o artigo 42 da Lei 11343/06, redução que se mostra para a situação dos autos. **CONDENO**, pois, **RAI CARLOS EUZEBIO** à pena de **dois (2) anos de reclusão e de 200 (duzentos) dias-multa, no valor mínimo**, por ter transgredido o artigo 33, “caput”, c.c. o seu § 4º, da Lei 11.343/06. Mesmo não sendo o crime, na forma como o réu está sendo punido, considerado hediondo pela atual orientação jurisprudencial, reveste-se de especial gravidade social, por ensejar graves sequelas no âmbito da saúde pública, além de fomentar a prática de outros crimes. Na verdade a traficância impulsiona a criminalidade que assola o país, porquanto o usuário, no desejo de sustentar seu vício, pratica toda espécie de delitos, abalando e atingindo toda a sociedade. O regime mais liberal (aberto), que é cumprido em domicílio, constitui hoje em liberdade total, pela impossibilidade de fiscalização, não sendo adequado e suficiente ao caráter preventivo e repressivo da reprimenda. Impõe-se, portanto, a fixação do **regime semiaberto**, que se mostra mais adequado para punir quem está iniciando no tráfico e ainda nortear-lo a uma mudança de comportamento, sem transmitir impunidade. O réu não poderá recorrer em liberdade. Como permaneceu preso desde o início, com maior razão deve continuar recolhido agora que está condenado, devendo ser recomendado na prisão em que se encontra. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da justiça gratuita. Decreto a perda do dinheiro apreendido por se tratar de arrecadação do crime praticado. Quanto ao celular, autorizo a devolução que poderá ocorrer para a mãe do réu. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS.** Eu, Cassia Maria Mozaner Romano, digitei.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):